

## ECONOMIA PARALELA (2)

Por sociodialetica, às 09:55 | [link do post](#) | [comentar](#)

O jornalista já tinha as informações quantificadas sobre uma parte da economia paralela em Portugal, aquela que a OCDE designa por “economia subterrânea” e que a alguns autores chamam “economia sombra”: as actividades não registadas na contabilidade nacional do país e que se escondem essencialmente para fugirem às obrigações fiscais e parafiscais.

Reconhece que a pergunta seguinte que me colocaria não é de resposta simples, mas tem de a colocar: o que é possível fazer para combater essa “economia paralela”?

Ninguém tem a solução! Estamos perante uma realidade complexa, complexidade que é um misto de interacção não linear de elementos diferentes, com referências e características diversas, e de nossa incapacidade cognitiva para comportar essa diversidade. A essa dificuldade acresce a entrevista ser via telemóvel, dispondo de poucos segundos para fazer emergir a “minha verdade”.

Apeteceu-me dizer que não era certamente da forma como o Ministro da Economia recentemente falou sobre o assunto. Bastava ele ler “Ministro alabirintado na paralela”, crónica na *Visão online* de 9/10/2010 para perceber quanto a ignorância e a frequência com que os políticos deitam poeira para os olhos são atrevidas. Mas não disse. O discurso científico afirma-se pela positiva.

Há medidas possíveis de longo prazo e de curto prazo. Umas sem as outras têm sempre um quadro deficiente de influência.

*No longo prazo* temos a modificação da organização do sistema económico internacional actual, vulgo globalização, e a alteração da relação de (des)confiança entre cidadãos e Estado.

Comecemos pela primeira.

O neoliberalismo que acompanhou a globalização – por opção e correlação de forças internacional e não por inevitabilidade – privilegiou o *eu* em desfavor do “nós”. A “liberdade individual”, do cidadão ou da instituição, sobrepõe-se ao compromisso social, institucional ou ético. Foi preciso reinventar-se a “responsabilidade social da

empresa”, a “*governance*”, a “solidariedade social” para restaurar algumas migalhas da honra e da pertença a uma comunidade. Esta ideologização asocial foi acompanhada por medidas práticas para a sua concretização: a liberdade de circulação de capitais (sob a forma de capital-dinheiro e de capital-mercadoria, não de “capital humano”); a autoassumpção pelos Estados de que têm de reduzir a sua capacidade de intervenção, com a correspondente dissolução do “bem comum” e de um “futuro melhor”.

Esta realidade manifesta-se actualmente pelo primado do capital financeiro bolsista; pelas *offshores* (paraísos fiscais de opaca visibilidade); pela concorrência desenfreada entre países na atracção de capital e riqueza, nomeadamente no âmbito dum espaço geográfico e social em que a complementaridade foi o acordado, como é o caso da União Europeia. Enquanto estas situações se mantiverem existem todas as condições permissivas, e poderosos estímulos, para a fuga aos impostos, “legal” ou “ilegal”.

Continuemos pela segunda.

O cumprimento das obrigações fiscais por partes dos cidadãos baseia-se numa relação de confiança: o cumprimento por aqueles tem como contrapartida o cumprimento por parte do Estado. Este deve cumprir os compromissos assumidos e utilizar os recursos fiscais para contribuir para um futuro melhor do país.

Esta relação mútua de confiança está muito longe de ser assumida no nosso país. Em primeiro lugar pelo peso de uma história que continua a impor o “medo de existir” e a “não inscrição” (ver José Gil), a desconfiança mútua. Em segundo lugar o agravamento das desigualdades sociais, a transformação do Estado-nação em Estado-mercado, a modificação unilateral pelo Estado dos compromissos assumidos, o aumento da percepção da corrupção pelas populações contribuem para debilitar a confiança mútua. Só uma outra forma de estar na vida de todos nós e uma educação com uma componente mais social e ética poderão alterar benéficamente a situação.

*No curto prazo* (ou será uma manifestação em cada momento das tendências anteriormente referidas?) constatamos um conjunto de factores favoráveis à fraude fiscal. Grande parte desta é “crime de colarinho branco”, com grande probabilidade de imunidade; os sucessivos perdões da dívida e os períodos de renegociação daquela revelam que há sempre uma oportunidade adicional para resolver as tramóias, o crime deixa de o ser se se proceder ao pagamento em falha.

Além disso, atendendo aos métodos de cálculo da economia subterrânea, sabemos que uma diminuição da carga fiscal tenderia a diminuir aquela, mas é difícil de dizer qual seria a sua variação relativa.

Um apontamento final. Neste panorama tem de ser dada uma palavra de elogio ao trabalho realizado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos. Em primeiro lugar pela sua crescente capacidade em cruzar informações, em detectar probabilidades de fraude, em trocar dados com as instituições congéneres noutros países e de intervir. Em segundo lugar por fazer todo um trabalho de aproximação ao cidadão visando desmontar a imagem deixada pelo tempo da ditadura, em que os impostos, mais que uma receita, eram uma forma de impor a subjugação do indivíduo ao Estado,

frequentemente quase vexatória.

Mas, nunca nos esqueçamos, a economia subterrânea é mais, muito mais, que uma questão fiscal.

Podemos, e devemos, combatê-la. É possível atenuá-la.

**Partilhar** [Email](#)



Etiquetas: [economia paralela](#), [fiscalidade](#)

« [POST ANTERIOR](#) | [INÍCIO](#) | [POST SEGUINTE](#) »

## 2 COMENTÁRIOS:

Apreciei (e aprendi bastante) o seu texto. Tenho duas reservas que se devem certamente à minha ignorância.

como tornear CÁ as implicações da organização internacional que propicia os efeitos que descreve?

No plano nacional: além do que V. disse, creio que toda a gente torneia o fisco. Por exemplo: chamamos o picheleiro. Quando lhe pagamos ele pergunta invariavelmente: quer factura? Ninguém quer dado que, sem ela, paga um pouco menos- Isto é ou não economia paralela?

Ora é nestes milhões de pequenas transacções que reside, julgo, uma bela fatia da falta de cobrança de impostos. Ou não?

Um abraço

**mcr** a 23 de Abril de 2011 às 22:20

[responder](#) | [link do comentário](#) | [discussão](#)

Quanto ao que podemos fazer CÁ, seria longa a conversa. Não me atrevo nesta

poucas linhas a responder. Não é fácil, não resolverá todas as situações, mas pode colocar areia na engrenagem.

Quanto ao picheleiro...

A economia paralela tem diversos "grupos". A economia subterrânea e a ilegal são os sectores quantitativa e qualitativamente mais representativos. O picheleiro provavelmente estará noutra categoria: na economia informal. Talvez! As fronteiras são difusas.

Quem fala em picheleiro fala em não entrega de factura no restaurante...

Certo, também conta. Mas o que é que isso representa em comparação com as manipulações contabilísticas com utilização de empresas fantasma e subfacturação e sobrefacturação? Em comparação com a fraudes nas alfândegas e com a fraude carrossel para receber iva em vez de pagar? Em comparação com o branqueamento de capitais e operações em praças financeiras offshore? Em comparação com as manipulações bolsistas que violam as regras da concorrência?

O que é o restaurante comparado com o BCP, o BPN, o BPP e outros, e outros?

Devemos pedir factura, sem dúvida... mas como se diz em jargão "não é por aí que o gato vai às filhoses".

**sociodialetica** a 3 de Maio de 2011 às 21:53

[responder](#) | [link do comentário](#) | [início da discussão](#)